

# O TRABALHO E A FAMÍLIA NO COTIDIANO DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA RODOVIA SP 340\*

**FERREIRA, Renata de Toledo**

Faculdade Santa Lúcia  
rdt09@ig.com.br

**CAMOLESI, Ada Bragion**

Faculdade Santa Lúcia  
prof.ada@santalucia.br

## RESUMO

*O presente artigo, resultante de trabalho de iniciação científica, tem por objetivo retratar a trajetória de duas profissionais do sexo que trabalham na Rodovia SP 340, que liga as cidades de Mogi Mirim a Mococa/SP. Os sujeitos de pesquisa tiveram trajetórias diversas, sendo diferentes as condições socioeconômicas de suas famílias, a escolaridade e as razões pelas quais adentraram a profissão. Embora as diferenças, o abuso sexual quando adolescente, em um caso, e no outro, o abuso configurado como estupro, está presente nos primórdios, tendo sido, em ambos os casos, fator indutor; apesar das singularidades que os envolvem.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Profissionais do sexo; vulnerabilidade; prostituição em rodovias.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo, resultado da iniciação científica na área de Serviço Social, realizada no ano de 2012, teve por finalidade conhecer as vivências

---

\* O artigo é trabalho de iniciação científica apresentado no ano de 2013, no Curso de Serviço Social, na Faculdade Santa Lúcia.

e as percepções de duas mulheres profissionais do sexo que desenvolvem suas atividades na Rodovia SP 340 (Mogi Mirim a Mococa).

A atividade profissional é um fator de vulnerabilidade dessa população, tendo em vista a exposição em que se encontram a situações diversas, inclusive violência, e o preconceito de que são alvo. Compreender as condições de vida, as vivências e a maneira como se postam perante as situações normais da vida, pela via metodológica do relato, em uma perspectiva qualitativa, nos permite adentrar em uma análise ainda pouco explorada pela bibliografia disponível.

A pesquisa, em modalidade descritiva exploratória, iniciou a partir de levantamento bibliográfico e alcançou as duas profissionais do sexo, sujeitos da pesquisa, através de entrevistas.

O universo das trabalhadoras do sexo que operam na Rodovia SP-340 não é possível dimensionar. Percebeu-se, no período da pesquisa, um movimento permanente de vindas e idas, mas sem retorno no mesmo trecho, pelo menos no espaço temporal da pesquisa, fator que inferiu desafios quanto à continuidade dos contatos.

No entanto, as mulheres sujeitos de pesquisa assumiram o compromisso com a continuidade dos depoimentos, viabilizando os resultados aqui apresentados.

## **2. PROSTITUIÇÃO: BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA**

Bullough e Bullough (1998) afirmam que em diferentes períodos históricos e diferentes sociedades existiram atividades ligadas à prostituição, mas nem sempre lhe foi atribuído o estigma que tem hoje. A prostituição tem sido, ao longo dos anos, encarada de uma forma contraditória - simultaneamente alvo de recriminações e considerada útil à sociedade, havendo movimentos de tolerância e de aceitação intercalados com atitudes condenatórias.

Esta forma de encarar o fenômeno está expressa na evolução do seu conceito que varia de acordo com o enquadramento histórico, a sociedade e a cultura, sendo “fruto de processos de construção social que lhe alteram características, olhares, atores e práticas ao longo dos tempos” (MANITA; OLIVEIRA, 2002, p.16).

O presente capítulo tem a finalidade de analisar a evolução do conceito e a manifestação social da atividade profissional do sexo ao longo da história, até a atualidade, como maneira de se aproximar teoricamente do objeto de estudo.

## 2.1. A EMERGÊNCIA E A CONSOLIDAÇÃO DA VISÃO CONDENATÓRIA

Segundo Brasil (2012) na Grécia, cada cidade era uma autarquia. No período do fundador de Atenas (1.600 a.C.) reinava a comunidade das mulheres. Com o consolidar da civilização, o princípio da propriedade individual tomou vulto, ainda mais ampliado com o mercantilismo gerando por um lado, a acumulação de riquezas, e por outro, o pauperismo.

A prostituição se manifestou como decorrência da pauperização. Na Grécia, as prostitutas vulgares eram escravas e tinham o nome de *porné*; a casa onde exerciam o seu comércio era o *porneion*; e os que exploravam o negócio eram os *pornoboskoi*. Essas mulheres pagavam um tributo *pornokontelas* e dependiam da autoridade dos magistrados *agoranomos*, que vigiavam a sua maneira de proceder. No entanto, foi com a queda do Império Romano e o advento do Cristianismo que rapidamente se reproduziu a visão condenatória desta prática, conduzindo à criação da primeira “Polícia de Costumes” (COSTA; ALVES, 2001, p.34).

O Islamismo e o Cristianismo vêm, assim, agudizar o estigma, associando a prostituição ao pecado.

Qualquer mulher que pise a linha pode ser apontada como “prostituta”. As principais religiões patriarcais [...] reconheceram o impacto devastador do estigma da prostituta, moldando-o às suas versões preferidas da mitologia anti-mulher (ROBERTS, 1996, p.25).

Como exemplo do que Roberts (1996) assinala, no século XVI Lutero encarava as prostitutas como pessoas ligadas ao “diabo” com o intuito de destruir a fé. Para ele a atividade deveria ser totalmente proibida (MANITA; OLIVEIRA, 2002)

No século XVII, devido à riqueza do Novo Mundo, a prostituição feminina, passou a conviver com a prostituição masculina. Mas, se no século XIX o tema sofreu tentativas de abordagem com algum rigor científico, no sentido de definição de critérios classificativos de acordo com elementos “antropológicos, sociológicos, biológicos e jurídicos”, foi no século XX que se iniciou a ligação da prostituição a questões como doenças venéreas. A criminalização ocorreu com o intuito de proteger a ordem e a saúde públicas concomitante com a definição da prostituta como vítima e a prostituição como “atentado à dignidade humana” (COSTA; ALVES, 2001, p.36).

Segundo Costa e Alves (2001), nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos feministas apresentam-se como uma nova dinâmica, orientando as suas atenções para os direitos das mulheres e ativos na área da defesa dos direitos das prostitutas. Entretanto, na década de 1980, a Organização das Nações Unidas reconheceu a prostituição como negação dos direitos da pessoa humana, comparando-a a escravidão, pois nesta prática os direitos fundamentais, como o respeito pela vida privada, à liberdade e à integridade física e moral, a seu ver, seriam sistematicamente violados.

Guimarães e Merchán-Hamann (2005) relatam que a visão social da prostituta como transgressora se dá pela maneira como exerceu historicamente a sua feminilidade. O estigma que carrega, os preconceitos e a discriminação de que é objeto tem raízes em fatos históricos em que foram responsabilizadas pela disseminação de doenças além da degradação física e moral de homens, destruição de famílias com consequente prejuízo de crianças. Ademais, devido ao exemplo de uso da sexualidade, são vistas como aquelas que pervertem a moral da mulher recolhida ao espaço do lar, que desempenha o papel de mãe e cuidadora.

Não obstante, o reflexo resultante da conjugação desses fatos históricos trouxe a consolidação de um senso comum em que a prostituta passou a ser representada como sendo uma mulher desprovida de alguns traços mais distintivos do gênero feminino. É como se nela estivesse incorporada uma anomalia no sistema de gênero: a mulher que possui uma maneira peculiar de exercer a sua sexualidade, ou seja, o faz de forma pública é desprovida de laços afetivos e, pelo fato de experimentar o sabor da transgressão sexual, não é merecedora da vivência conjugal, familiar e, sobretudo, da maternidade (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005, p.531).

Os autores citam os estudos de Nussbaum (2002) que destacam dois fatores originários do estigma dirigido às prostitutas: o primeiro afeta à imoralidade de seu comportamento e o outro à hierarquia de gênero vinculada à ideia de que a sexualidade feminina, assim como a própria mulher necessitam de controle e dominação masculinos, à mercê dos seus desejos sexuais.

A atribuição social pejorativa às prostitutas reflete na avaliação que ela faz de si mesma, com sérias repercussões nas relações que estabelece com a atividade, na vida íntima, familiar e social.

Nessa perspectiva, o estigma pode ser considerado como dispositivo de controle cujo objetivo é a manutenção, em alguns grupos que exibem uma diferença indesejável, do sentimento de menos-valia social imputado a eles. Essa percepção determina inexoravelmente a sua desqualificação como Sujeitos de Direito que, ao mesmo tempo em que vêm negada a sua cidadania, negam-se a conquistá-la. O registro negativo imputado pelo estigma provoca o que Erving Goffman descreveu como identidade deteriorada (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005, p.531).

Na relação entre a pessoa estigmatizada e a sociedade, segundo os autores, a menos-valia é permanentemente reforçada e naturalizada, instaurando relações de desigualdade pelo reforço da relação social de dominação-sujeição.

## **2.2 A PROSTITUIÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: TRABALHO E FAMÍLIA**

Alvarez e Rodrigues (1995) afirmam que nas sociedades ocidentais falar em prostituição significa abordar as representações dominantes e a conduta baseada em estereótipos. As representações dão a tônica dos discursos e, predominantemente, se vinculam a aspectos moralistas ou economicistas. Os aspectos moralistas partem de critérios morais e socioculturais e atribuem à figura das prostitutas a pecha de perigosas, uma vez que a sua sexualidade deveria estar ancorada na reprodução antes que no prazer, conforme preceitua a moral judaico-cristã. Desta maneira, essa atividade colocaria em risco as famílias estruturadas, mas, em alguns momentos aparece como necessária e, nestes casos, apregoa-se que a prostituição deveria estar circunscrita a determinados espaços.

A legislação penal que orienta o sistema de justiça criminal criminaliza somente atividades que impliquem em fomentar, tirar proveito ou impedir que alguém abandone a prostituição. Esse entendimento presente no Código Penal faz da polícia, instituição central no enfrentamento da questão. A continuidade dessa abordagem vai de encontro às proposições orientadas para a defesa da cidadania e dos direitos humanos daqueles que exercem a prostituição e decorre fundamentalmente da prevalência, até os dias atuais, da tendência, de grande parte da sociedade brasileira, em debater tais questões dentro do marco da moralidade (RODRIGUES, 2004, p. 151).

Para Alvarez e Rodrigues (1995), outra visão é a das prostitutas como vítimas do sistema socioeconômico. Ela apregoa que a sociedade deve assumir uma ação protecionista e abolicionista, em primeira instância no sentido de proteger socialmente essas pessoas que seriam, nesta perspectiva, vitimizadas; esta visão comunga com a ênfase abolicionista no sentido da necessidade de libertá-las dessa atividade vitimizante.

Já Guimarães e Bruns (2008, p. 2) analisam o fenômeno a partir de sua representação para as próprias profissionais a partir dos significados atribuídos pela modernidade, que abre espaço para uma “hipermodernidade” caracterizada por um contexto de consumo e pela comunicação de massa, que inspira a busca do prazer imediato. As pessoas se tornam descartáveis, os relacionamentos superficiais e, perante o menor desagrado, são facilmente rompidos. Os vínculos amorosos não são mais desejáveis, a atenção volta-se para si mesmo em uma postura narcisista e individualista.

O indivíduo da atualidade procura apenas a exaltação do eu, e para isso utiliza-se de todo e qualquer modo de aparecer no cenário social, seja através da estetização de sua aparência, seja através do uso do outro como fonte do próprio prazer. Dessa forma, o que está em jogo na vida do sujeito da atualidade é a sua exterioridade, sua imagem. Ao buscar a admiração, o indivíduo goza com o olhar do outro e não com o outro (GUIMARÃES; BRUNS, 2008, p.2)

Os autores citam três eixos na análise do exercício da prostituição: o trabalho, a busca pelo prazer, ou expressão de adicção sexual. No primeiro eixo, considera que a mulher adota uma separação entre a mente e o corpo, como se o mesmo fosse um objeto que o cliente compra nos moldes de uma mercadoria. Normalmente, a justificativa é a de necessidade de dinheiro para fazer frente às suas necessidades e as de seus filhos, mas, é preciso considerar outros elementos postos no cenário, como o prazer relacionado aos programas que trazem, em muitas vezes a diversão, o sentimento de desafio às regras morais estabelecidas, a percepção do desejo dos clientes e se sentirem atraentes, relacionamentos que às vezes trazem algum apego emocional e prazer sexual.

O fator da adicção sexual traz a dimensão da patologia à carência afetiva, à necessidade de se sentir “amada”, como forma de dar vazão a sentimentos de frustração, raiva, angústia, depressão. A atividade traz a impressão de transgressão “em um processo no qual o ato teria primazia

sobre a simbolização, adotando uma posição perversa” (GUIMARÃES; BRUNS, 2008, p.4).

No campo das vivências concretas no campo de trabalho, pesquisas de Alvarez e Rodrigues (1995) trazem resultados dos depoimentos de profissionais do sexo das cidades de Belém e Fortaleza. Um dos elementos diz respeito à mobilidade dessas mulheres zonas de prostituição. Novos rostos sempre atraem mais clientes, de maneira que, conforme elas vão ficando mais conhecidas e a procura diminui, sentem-se inclinadas a procurar outros locais e recomeçar o ciclo. Outro elemento indicado pelos autores refere-se à faixa etária – quanto mais nova a mulher, mais procura o que abre espaço para o trabalho em boates ou casas fechadas que são mais seguras.

A baixa escolaridade e a desqualificação profissional concorrem para a manutenção dessas mulheres na atividade, no entanto, as entrevistadas apontam elementos positivos da profissão, como conhecer pessoas e fazer amigos, os quais normalmente são clientes regulares aos quais conferem determinada preferência e recorrem em momentos de necessidade. Os “casos” são os relacionamentos mais estáveis nos quais não entra a questão do pagamento.

Tais mulheres buscam manter separadas a vida pública e a privada, por esta razão adotam nomes fictícios. Embora a atividade lhes permita serem “chefes de família”, não desejam aos filhos o mesmo destino.

A pesquisa de Álvares e Rodrigues (2001) indica que muitos foram os casos em que as mulheres sofreram estupro anterior à entrada na atividade, embora não apresentem números.

Os estudos de Guimarães e Bruns (2008) foram realizados em Florianópolis. A maioria das entrevistadas vivenciou abandono ou rejeição materna e paterna. No entanto, assim como a pesquisa anterior, justificam a atividade como trabalho e apontam elementos compensadores, como relações nas qual o carinho e a amizade estão presentes.

O acesso à sociedade de consumo foi um dos destaques das entrevistadas, assim como a possibilidade de independência financeira.

O estudo de Dal Pogetto, Marcelino, Carvalhaes *et al.* (2012) abordou as mulheres da região centro-sul de Bauru (São Paulo). Das entrevistadas, 70% declararam ter ensino médio incompleto, confirmando o quadro de baixa escolaridade. Apesar deste fato, a pesquisa demonstrou que elas valorizam o estudo dos seus filhos.

Mais uma vez comparece a alegação da atividade como maneira de suplantam a precária condição econômica e como forma de garantir melhores condições de vida para os seus filhos, para os quais não desejam a mesma

vida. São elas as responsáveis pela manutenção da prole.

Nesta pesquisa, a maioria das entrevistadas afirmou que a família tem conhecimento de suas atividades, e que a entrada se deu por opção, pois viam nela condições de retorno financeiro acima do que poderiam conseguir com outras ocupações.

Tonon (2002, p. 225) enfoca, em sua pesquisa, interessante elemento – a maternagem de profissionais do sexo na cidade de Barretos/SP. Com base na reflexão de Santos (1998), assinala que “a maternidade diz respeito à procriação. A maternagem se inscreve no âmbito sócio-afetivo da criação dos filhos. Portanto, a primeira é da esfera do biológico e a segunda, do social”.

A autora relata que, embora muitas situações de aborto ocorram devido a certa inconsistência na relação entre a gravidez e o exercício da prostituição, com conseqüente redução dos rendimentos da atividade, muitas outras são de permissão do nascimento, seguidas de intenso esforço visando oferecer à prole as condições adequadas de vida. Chama a atenção, na pesquisa, para profissionais do sexo que assumiram os cuidados com filhos de outras colegas prostitutas impedindo que fossem abortados, numa demonstração de que a maternagem não se edifica apenas com os filhos biológicos.

Tal fato se destaca perante a visão social preconceituosa que vê como incompatíveis os exercícios da prostituição e da maternidade.

### **3. O TRABALHO E A FAMÍLIA NA VIDA DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA RODOVIA SP 340: RELATOS DE VIDA**

A pesquisa de campo realizou-se com duas profissionais do sexo que desenvolvem suas atividades na Rodovia SP-340. As entrevistas ocorreram nas residências de ambas, no período de agosto a outubro de 2012. Por razões éticas, são elas identificadas com nomes fictícios.

Várias profissionais foram consultadas sobre a disponibilidade em fornecer as informações indispensáveis a este estudo e, dentre elas, duas adequadas apresentavam condições de continuidade, uma vez que se dispuseram a receber a pesquisadora em sua própria residência, em lugar da abordagem no espaço mutante de trabalho.

As duas profissionais apresentaram trajetórias muito diferentes. De estratégia de sobrevivência a opção por um incremento financeiro, a inserção no mundo da prostituição não ocorreu sem sobressaltos. Os relatos expressam as contradições típicas de vivências que não são bem aceitas pela sociedade como, por exemplo, a dupla interpretação de papéis perante a família. Os

relatos trazem dramas pessoais, nos quais a evidente fragilização de direitos dá início a uma trajetória não pretendida inicialmente.

### **3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS, ANTECEDENTES E CIRCUNSTÂNCIAS DO INÍCIO DA ATIVIDADE PROFSSIONAL**

Teresa tem 36 anos, nascida em Andradas/MG, numa família com onze irmãos, sendo ela a quinta filha. Dos nove aos dezesseis anos trabalhou como empregada doméstica e relata uma infância difícil, de muita pobreza pois, sendo uma das mais velhas, era também responsável por contribuir com o sustento da família. Quanto aos estudos, conseguiu chegar apenas até o segundo ano do primeiro grau. Lembra que era uma época difícil e precisava trabalhar para sustentar os irmãos, além de contribuir com os afazeres da casa, visto que, sua mãe sempre adoentada “dos nervos”, não podia arcar com esforços físicos.

Lima (2002, p. 8/9), analisando o trabalho precoce, afirma que:

Obrigado a atender às exigências do trabalho, exposto precocemente a um ambiente extremamente castrador, o indivíduo em desenvolvimento pode construir uma auto-imagem onde predomina seu desvalor. Passa a se ver como errado, incapaz ou indigno. E suas vivências na família, escola e outras esferas podem confirmar essa imagem negativa.

Ou seja, o fato de trabalhar e ter de submeter-se inibe seus anseios naturais de brincar e expressar seus desejos e interesses. Como o brincar cumpre na infância um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e cognitivas, e como passa a temer ser punida por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão.

Essa visão depreciativa em relação a si está claramente expressa nos relatos dessa entrevistada.

Teresa engravidou aos 17 anos, de um vizinho casado com quem se envolveu. Bastaram alguns encontros para descobrir que estava grávida, porém foi claramente constrangida a guardar o segredo quanto à paternidade da criança sob a alegação que, assim procedendo, garantiria a continuidade da relação.

O abuso de um homem mais velho sobre uma adolescente, tendo

por fundamento a dependência emocional está claramente expresso no presente relato. O constrangimento, a autculpa, configurada em autopunição por parte da própria vítima, encontra no parceiro o reforço da cultura predominante de que é a mulher, independente da faixa etária, que deve se preservar em ultrapassar os limites estabelecidos pela moral e pelos bons costumes. Tal posição é assumida pela própria adolescente vitimizada, em uma contingência de manter a relação e de assumir o que presumia ser a consequência merecida de seus próprios atos, conforme o seu próprio relato.

O conhecimento de sua gravidez, pela família, provocou reação contrária de sua mãe, o que culminou com a separação do pai que a defendia, ampliando ainda mais o seu sentimento de culpa. O segredo mantido contribuiu para a manutenção da relação e para uma segunda gestação do mesmo pai.

Aos 23 anos e mãe de dois filhos, ocupou-se como doméstica. As sobras de comida da casa da patroa serviam para matar a fome dos filhos, a penúria e o limiar da fome eram constantes – casa com aluguel atrasado, falta de alimentos. Neste cenário de desespero, uma amiga apresentou a boate como alternativa e promessa de dinheiro fácil. Teresa aceitou imediatamente, pois estava desesperada, devido à situação muito difícil, sendo que jamais quis receber a pensão dos filhos, pelo fato de que não considerava lícito exigir qualquer participação do amante uma vez que ela mesma teria sido a provocadora da situação, se envolvendo com um homem que era sabidamente casado. A visão depreciativa provoca uma interpretação superficial da situação, o que a levou a renunciar, em nome próprio e de seus filhos incapazes, a um direito.

O fato traz, também, elementos já apontados pelos autores sobre a questão de gênero. Em uma sociedade cuja cultura reforça a liberalidade do comportamento masculino e as exigências quanto ao controle do comportamento sexual feminino, a responsabilização exclusiva da mulher sobre as decorrências de sua conduta é uma resposta comum da sociedade, assim também introjetada no julgamento de muitas mulheres, como a situação aqui analisada – a vítima é transformada em ré.

Segundo Barros (2005), a quebra do segredo está entre os riscos que as profissionais enfrentam no dia-a-dia. Diante da família e da sociedade muitas mulheres têm medo e vergonha de assumir sua profissão; medo da discriminação, da rejeição da família, do estigma da atividade. A vergonha vem do fato das mulheres assumirem o discurso da moralidade, que considera a prostituição como uma atividade condenável. No exemplo de Tereza, um drama em sua vida foi a descoberta, por um irmão, de sua atividade, o que

ocasionou o rompimento de relações.

Na visão de Phoenix (2001), as mulheres impõem sobre si próprias uma forma de disciplina e de integração. As prostitutas são consideradas desviantes, porém são iguais às demais mulheres, pois são também atores sociais integrados em diferentes redes de relações sociais: as redes sociais a que umas e outras pertencem é que são diferentes.

A segunda entrevistada foi Michele. Ela tem 28 anos, nasceu em uma família tradicional e conhecida na sua cidade natal, típica família de classe média.

A vida de profissional do sexo teve início no segundo ano de faculdade, quando foi morar em cidade próxima, contava então com vinte e um anos. Ocorreu sob a influência de colegas que havia conhecido no decorrer do primeiro ano letivo e com as quais residia em uma república estudantil.

Segundo ela, em geral, os universitários sustentados pelos pais sempre contam com orçamento curto. “Comecei a reparar que minhas amigas andavam sempre bem arrumadas, com jóias e algumas até motorizadas”, estranhava Michele, “e não entendia como isso acontecia, pois seus pais eram de classe média baixa e não tinham quase condições de pagar a faculdade para elas”.

Com o tempo, percebeu que na república a movimentação noturna era intensa. As colegas “cochichavam” entre si, deixando evidente algo que não queriam que soubesse. “Por mais amizade que eu conquistasse, eu me sentia excluída, até que um dia fiquei sabendo de uma festa que iria acontecer no final de semana, e que iria “bombar” de pessoas da alta sociedade”.

A curiosidade e o impulso em participar de um evento “diferente” foram decisivos. Uma desculpa aos pais alegando a necessidade de estudar tornou possível a participação no programa “só que não sabia como, pois eu não havia sido convidada”.

Para as amigas, ficou evidente que o “segredo” não poderia ser mantido, “foi quando (as amigas) me convidaram para essa tal festa, mas antes me fizeram prometer que eu iria aceitar os acontecimentos da festa e que não iria contar para ninguém sobre o que acontecesse lá”.

A festa já estava em pleno acontecimento em um bairro distante de uma grande cidade “mas havia uma coisa de muito estranha - só tinha nós de mulheres. Senti-me um pouco retraída, pois a maioria dos homens eram velhos para minha idade, uns 48 anos pra cima”.

Após certificar-se que estavam sozinhas “percebi que as meninas já estavam se enturmado com aqueles senhores (...), as meninas sumiam e apareciam do nada”. A aproximação com um homem de cerca de 60 anos

foi facilitada pelas amigas, e o convite para contato íntimo, negado.

Em tais ocasiões é comum que os participantes utilizem de artifícios, como drogas ou bebidas, para possibilitar que um abuso ocorra sem o consentimento e participação consciente da vítima. "Quando dei por mim, estava acordando ao lado daquele senhor...".

A constatação de ter sido ludibriada e o confronto com os próprios valores resultaram em imediata sensação de repulsa, que se manifesta em relação a si mesma como percepção de um corpo usado como objeto. O dinheiro deixado na bolsa de Michele, a princípio, causou asco, "mas com o tempo me fez apreciá-lo".

Neste primeiro momento, o ato de estupro a que foi vítima comparece como um castigo perante uma curiosidade. "Um belo dia na "rep" conversando com as meninas, percebi que a culpa não era delas por eu ter feito aquela besteira, mas sim minha, pois eu quis ir, quis ver o que estava acontecendo, e paguei por minha curiosidade".

Para as amigas "eu havia feito sucesso naquela festa, deixado paixões lá, e que essas paixões poderiam valer muito para meu bolso. Ensinaaram que eu deveria beber antes de sair para as festas, para me soltar mais".

Silva (2008) afirma que as profissionais do sexo utilizam a bebida como maneira de se tornarem desinibidas, mas também como forma de enfrentar situações que depõem contra a sua própria percepção de ato condenável, imersas que estão em uma determinada cultura.

Foi numa festa com cerca de trinta homens e as oito meninas "que senti que eu daria para a coisa, e seria a experiência mais emocionante de todas, pois eu já estava bêbada, e pensando apenas no que as meninas me falaram, e pensando também no dinheiro". A partir dessa experiência altamente rentável a atividade tomou impulso "pois parecia que aquilo havia me viciado".

O dinheiro proveniente da atividade era usado para compras de joias e cosméticos, até mesmo propiciou a aquisição de um carro. O depoimento de Michele deixa claro que não se tratava, então, de uma busca por sobrevivência ou imperiosidade para suprir as despesas decorrentes da formação profissional, nesta fase. No entanto, após a conclusão do curso superior, a atividade se manteve, caracterizando, portanto, profissão desempenhada não apenas em festas, como também nos espaços perigosos das estradas.

### **3.2. RELACIONAMENTO COM A FAMÍLIA E A SOCIEDADE**

De acordo com Carvalho (1998), as profissionais do sexo são em

grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família.

A família configura o espaço de garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Ou seja, a família se constitui em um lugar das potencialidades protetoras, devendo ser compreendida como grupo social cujos movimentos de organização/reorganização mantêm estreita relação com o contexto sociocultural (FERRARI; KALoustIAN, 2000).

Para Tereza, essa é uma realidade, tem um casal de filhos que são sustentados com o dinheiro da sua atividade.

Tereza comenta que a filha deseja tirá-la dessa vida, pois o risco é muito alto; ela não se envergonha da profissão da mãe, porém sempre se manifesta preocupada com o seu futuro.

Quanto ao filho, de 17 anos, o relacionamento é conflitivo devido a dependência química, mas também à sua não aceitação da profissão da mãe. Emotiva, relata que “o filho nunca disse nada, porém, acredito que isso tudo é reflexo da minha profissão, para o homem é mais difícil aceitar uma mãe ‘nessas condições’”.

Assim como em outros momentos aqui registrados, Tereza assume a culpa por fatores indesejáveis em sua vida, neste caso pelas circunstâncias em que se encontra o seu filho. Nesta afirmativa ela reconhece e naturaliza os valores predominantes que colocam a mulher como a depositária de “virtudes socialmente esperadas”, sem as quais sua figura é depreciada e motivo de constrangimento para aqueles a ela ligados.

Por outro lado, Teresa afirma que não sente pudores, pois as experiências de vida tornaram a atividade “muito natural”.

Michele não tem problemas neste âmbito, “meu relacionamento hoje com minha família é normal, pois eles não sabem de nada dessa parte de minha vida. Sou discreta em relação a isso.” Para ela, ter pudor significa discrição, recato, decência. “Perante a sociedade eu tenho é muito”.

A sua afirmativa evidencia a fronteira entre a vida em família e a vida profissional, enquanto dois momentos estanques.

E, sim, as profissionais do sexo têm religião, a visão preconceituosa da sociedade pode justificar estranheza em relação ao fato, desconsiderando a dimensão espiritual insuprimível do humano. Michele diz ser católica, mas

não praticante, reza antes de sair de casa pedindo proteção na estrada para que nada de mal lhe aconteça. Já Teresa não segue nenhuma religião e depõe que talvez Deus não exista, por perceber tanta desigualdade econômica e de caráter entre os seres humanos.

### 3.3. OS AUTOCUIDADOS

A condição de enfermeira contribui para que Michele tenha cuidados especiais com a própria saúde. Periodicamente faz exames de rotina e assume perante as colegas a postura de orientadora sobre esses assuntos. Sua condição financeira permite o pagamento de consultas e outros procedimentos.

Diversa é a situação de Tereza, não faz exames de rotina, conforme recomendação médica. Não possui plano de saúde, sequer contribui com a Previdência Social, por falta de recursos. A sua condição de trabalho não se traduz em facilidade no acesso a serviços públicos, embora represente risco mediante o contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

Moura, Oliveira, Lima *et al.* (2010) asseveram que um dos fatores que favorecem a cadeia de transmissão das doenças sexualmente transmissíveis é o tempo em que a vítima permanece infectada sem o tratamento adequado. Quanto maior o interesse em cuidar de sua saúde, menor será o número de infectados.

### 3.4. AS RELAÇÕES COM OS CLIENTES E COM A SOCIEDADE

Michele afirma: “tento não me apegar. No começo foi mais difícil, pois quando me tratavam com carinho, gentilezas, eu me apaixonava, mas fui percebendo que aquilo era ilusão. E isso também me ajudou a cair na estrada”.

Tereza revela: “várias vezes me apaixonei por clientes. Acho que é carência, pois tenho todos eles e ao mesmo tempo não tenho nenhum deles...”.

A boa aparência física faz parte deste cenário de atração. “Sou super vaidosa”, afirma Michele. Há sempre um jogo de sensualidade, pois “sempre há exposição corporal, e isso é sempre usado, chamamos de isca...”

Teresa não se julga vaidosa, o custo dos produtos restringe o acesso, por esta razão consome muito menos do que gostaria.

Michele acredita na valorização que os “clientes” tributam aos seus serviços, “passo meu preço e sempre recebo a mais...”. Reflete também que “sou muito valorizada pelos meus pais, apesar deles não saberem o que faço...” (risos).

A exposição de Teresa revela seu sentimento contraditório no que diz respeito à profissão, pois, ao mesmo tempo em que afirma se julgar superior às outras mulheres, pela satisfação que consegue provocar, em seguida afirma que “não tenho nada de superior, ao contrário...”. Quanto à sociedade, afirma, “quero que se explodam. Ninguém paga as minhas contas...”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das especificidades que envolvem as duas situações demonstra que, embora com trajetórias diversas, o abuso se encontra na origem da adesão à profissão.

Da atração à facilidade de acesso, da necessidade premente de prover a sobrevivência própria e a dos filhos à manutenção da aparência perante a família, as duas mulheres sujeitos da presente pesquisa se colocam realmente como profissionais que encontram na profissão certo reconhecimento e sentido, embora as contradições se tornem mais visíveis nas verbalizações daquela que se encontra em situação de maior vulnerabilidade econômica.

Na questão do abuso e do significado que a profissão adquire para ambas, aí se esgotam as semelhanças. A auto culpabilização, a visão deturpada dos direitos seus e de seus filhos ou a dificuldade em reconhecê-los em virtude de baixa estima, são atributos verificados na trajetória da profissional que praticamente não encontrou outra saída para a sua sobrevivência senão oferecer o corpo como mercadoria. A necessidade de referência emocional, como resguardo de um foro íntimo, revelada pelas várias vezes que se apaixonou por clientes; a preservação da imagem e a prevenção de possível contato dos familiares com a sua estada na estrada, demonstram, contraditoriamente, o constrangimento, assinalando valores em choque.

Embora a aleatoriedade na escolha dos sujeitos, a presente pesquisa possibilitou analisar duas trajetórias que culminaram na mesma atividade profissional. O aprofundamento da temática em outras pesquisas que centralizem o viés da resiliência, uma vez que nas duas situações comparece o abuso, pode ser um caminho importante para ampliar a discussão acerca de fatores que comparecem na origem desta profissão, e que determinam o protagonismo ou a subordinação na vida de mulheres profissionais do sexo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, G.; RODRIGUES, M.T. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de saúde (HIV/Aids). *Revista Ser Social* nº 8, Janeiro/junho de 2001. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 189/ 210.

BARROS, L.A.. **Mariposas que trabalham:** Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7356/mariposas-que-trabalham/2#ixzz2C9sthCqt>> Acesso em novembro de 2012.

BULLOUGH, B., E BULLOUGH, V.. Female Prostitution: current research an changing interpretations, In J. Elias, V. Bullough, V. Elias, e Brewer (eds.), **Prostitution, On Whores, Hustlers and Johns**. Nova Iorque: Prometheus Books. 1998.

BRASIL, J.. **História da Prostituição:** a questão sexual. Disponível em:< [www.antropologia.com.br/pauloapgaa/trab/prosti.PDF](http://www.antropologia.com.br/pauloapgaa/trab/prosti.PDF)> Acesso em novembro de 2012.

CARVALHO, L.. Família chefiada por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 57. São Paulo: Cortez, jul/1998, p. 74-98.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNE. **Resolução 196/96**. Disponível em: <[conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf](http://saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf)>. Acesso em novembro de 2012.

COSTA, J. M. B e ALVES, L. B.. **Prostituição:** O Masculino e o Feminino de Rua. Edições Colibri: Lisboa. 2001.

DAL POGETTO, M. R. B.; MARCELINO, L. D.; CARVALHAES, M. A. de B. L.; RALL, V. L. M.; SILVA, M. G. da; PARADA, C. M. G. de L.. Características de população de profissionais do sexo e sua associação com presença de doença sexualmente transmissível. **Revista Escola de Enfermagem USP**, nº 4. São Paulo: Aug. 2012.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2000.

GUIMARÃES, R.M.; BRUNS, M.A.T.. **Prostituição de luxo:** a vivência sexual das profissionais do sexo. Encontro Fazendo Gênero nº 8, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em:< [www.sexualidadevida.com.br/artigo\\_cientifico\\_prostituicao\\_de\\_...](http://www.sexualidadevida.com.br/artigo_cientifico_prostituicao_de_...)> Acesso em março de 2013.

GUIMARÃES, K; MERCHÁN-HAMANN, E.. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, set/dez 2005, p.525 a 544. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a04v13n3.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2013.

LIMA, C.G.C.. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes:** aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/trab\\_infantil/pub\\_541.pdf](http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_541.pdf). Acesso em junho de 2013.

MANITA, C.; OLIVEIRA, A.. **Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos**. Porto: CIDM. 2002.

MOURA, A.D.A.; OLIVEIRA, R.M.S.; LIMA, G.G.; FARIA, *et al.* O Comportamento de Prostitutas em Tempos de Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis: Como Estão se Prevenindo? **Revista Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, 2010 Jul-Set;

19(3): 545-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n3/a17v19n3.pdf>> Acesso em novembro de 2012.

PHOENIX, J.. **Making Sense of Prostitution**, Basingstoke, UK, Palgrave. 2001.

ROBERTS, N.. **A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental**. Lisboa: Editorial Presença. 1996.

RODRIGUES, M. T.. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. In: **Revista Sociedade e Estado**. V.19, nº 1, jan/jun. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a07.pdf>>. Acesso em março de 2013.

SILVA, M. B.. **Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho**. 2008. Disponível em: < [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5233](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233)> Acesso em fevereiro de 2013

TONON, A. P.. A meretriz enquanto mãe: considerações acerca de crianças e maternagem na esfera da conduta meretrícia. In: **Revista Serviço Social e Realidade**. v. 11, nº 1. Franca (SP): Unesp, 2002, p. 225 a 238.

